

**O PROCESSO DE CRIAÇÃO E OS PRIMEIROS ANOS DE FUNCIONAMENTO DA ESCOLA
NORMAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA (1896 - 1930)**

The process of creation and early years of the Mary Help of Christians Normal School (1896 - 1930)

Giovanna Maria Abrantes Carvas¹
Denilson Santos de Azevedo²

RESUMO

Este artigo aponta alguns resultados obtidos na investigação realizada a respeito do processo histórico que possibilitou à criação de um estabelecimento dedicado a formação de professores na cidade de Ponte Nova – Minas Gerais, a Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora, no ano de 1896. A periodização escolhida insere nosso objeto de estudo no contexto da Primeira República (1889 - 1930), momento em que as escolas normais foram compreendidas como locais privilegiados para a formação de professores. A análise de documentos escritos oficiais existentes no arquivo interno da Escola Nossa Senhora Auxiliadora revelou características a respeito da criação e dos primeiros anos de funcionamento da Escola, aspectos relativos ao corpo docente, a direção escolar, aos sujeitos que ali se formaram e ainda dados relativos aos índices de matrícula, frequência e progressão.

Palavras-chave: História da educação, formação de normalistas, instituições escolares.

ABSTRACT

This article points out some results obtained with the research held about the historical process that allowed the creation of an establishment dedicated to the formation of teachers in the city of Ponte Nova – Minas Gerais, Mary Help of Christians Normal School, in 1896. The periodization chosen, inserts our object of study in the context of the First Republic (1889 – 1930), at which time, normal schools were understood as prime locations to the formation of teachers. The analysis of official written documents revealed some characteristics about the creation and the early years of the Normal School, its faculty, the school administration, people who have graduated there and even basis concerning to the enrollment rates, attendance and progression.

Keywords: History of education, training normalistas, schools.

A história da formação e profissionalização de professores para o ensino de primeiras letras faz parte da trajetória da expansão da escola pública no Brasil, que se iniciou de forma mais consistente com o advento da República, em 1889, e a criação dos grupos escolares que se dedicavam ao ensino de primeiras letras.

Segundo Ferreira (2010, p.33), criar espaços para educar e civilizar as novas gerações acabou fazendo com que a instituição escolar se tornasse mais sistematizada e organizada, contribuindo assim para que surgimento de novas exigências no campo educacional.

¹ Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Viçosa. Pedagoga do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais. E-mail: giovanna.carvas@ufv.br.

² Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo. Professor Associado da Universidade Federal de Viçosa, com atuação no Programa de Pós-Graduação em Educação. E-mail: dazevedo@ufv.br.

Entre essas novas questões que se apresentavam, ganhava destaque à necessidade de uma formação qualificada para o professor primário, de maneira a prepará-lo adequadamente para a função de ensinar e o ato de educar. Em outras palavras podemos dizer que a necessidade de difundir a escola primária reacendeu a preocupação com a formação docente no país.

O rompimento entre Igreja e Estado, ocorrido após a Proclamação da República e expresso pela Constituição de 1891, fez surgir a necessidade de a Igreja buscar novos horizontes para se capitalizar social e culturalmente. Sentindo-se ameaçada pelas novas propostas republicanas, em especial pelo estabelecimento da laicidade do ensino público em detrimento do ensino confessional, a Igreja católica passa a se dedicar à formação de professores, utilizando-se dessa atuação como uma estratégia para manter sua influência na sociedade da época.

Nesse sentido, torna-se interessante a pesquisa a respeito das particularidades da Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora (ENNSA), criada no ano de 1896. O estudo tem como objetivo apontar resultados referentes à investigação histórica do processo que possibilitou a construção da referida escola que se dedicou à formação de professores na cidade de Ponte Nova, MG. As fontes documentais que subsidiaram esse estudo foram encontradas sob os cuidados da Escola Nossa Senhora Auxiliadora e se referem a atas de matrícula, atas de exame e registro de diplomas³.

Desde os primeiros anos republicanos, este estabelecimento de ensino dedicou-se a formação de normalistas procurando aliar os conhecimentos exigidos pela nova ordem política que se instaurava no país à transmissão de valores considerados imprescindíveis pela Igreja católica para a difusão e manutenção de seus interesses.

Antecedentes da escola normal e perfil docente na República

A escola normal surge no Brasil nas primeiras décadas do século XIX como local destinado à preparação de futuros professores que iriam atuar junto ao ensino primário. A intenção de formar professores pode ser percebida a partir da assinatura do Ato Adicional de 1834 que responsabilizou cada província pela organização e pela administração de seus sistemas de ensino, tanto o primário quanto o secundário.

De acordo com os estudos de Tanuri (2000, P.64) as primeiras iniciativas de criação das escolas normais nas províncias foram incertas e atribuladas, devido ao contínuo processo de criação e extinção das mesmas, acarretando a descontinuidade dos trabalhos formativos.

Anos mais tarde, em 1889, com a transição do Império para a República, como nos atenta Ferreira (2010, p.44), o Brasil passa a adotar o modelo político americano, baseado no sistema presidencialista e federalista, transformando antigas Províncias em Estados. Entretanto, com relação à educação, não ocorreram mudanças radicais neste

³ O arquivo interno da Escola Nossa Senhora Auxiliadora conta com vasto acervo documental referente à história da instituição, desde o ano de 1896. Embora apresentando uma periodização incompleta, a documentação existente possibilita perceber aspectos quantitativos importantes sobre a referida instituição, através de atas de instalação, atas de exames, relatórios de matrícula e frequência, atas das classes anexas à escola, registros de diplomas, estatísticas gerais, declarações, ofícios e atestados. Além do acervo documental, o arquivo da Escola apresenta uma variada coleção fotográfica, que retrata o dia a dia da escola normal, registrando suas atividades, o corpo docente em diferentes épocas, as alunas diplomadas e ainda as mais diversas festividades realizadas.

período, apenas uma continuidade da descentralização administrativa e educacional que já vinha acontecendo de forma gradativa nos últimos anos.

Com a Constituição de 1891, o governo federal continua responsável apenas pelo ensino superior e os demais níveis da educação passam ao encargo dos Estados, incumbidos de cuidar, organizar e administrar todos os aspectos que envolviam a educação escolar.

Para Nascimento (2007, p.32), neste momento a educação era pregada como sinônimo de progresso, capaz de regenerar a nação. Para atuar como alfabetizadores precisava-se de professores bem preparados que pudessem, além de instruir aos estudantes, civilizá-los dentro dos moldes propostos pela República.

A formação dos professores ganha destaque dentro dessa discussão, passando a ser entendida como aspecto primordial ao processo de instrução da população, da qual dependia o desenvolvimento e o avanço do País.

Dessa forma, as escolas normais vão, gradativamente, ganhando espaço no cenário educacional brasileiro tendo como objetivo a concretização do sistema educacional em nível básico. Formar melhor aos professores que atuavam junto ao ensino primário passaria a ser uma estratégia para alcançar o tão almejado progresso do país através da educação e da disseminação dos ideais republicanos.

A necessidade de um professor bem preparado para lecionar as primeiras letras também pode ser percebida quando voltamos nosso olhar para os critérios de admissão profissional na área educacional do país. De acordo com a legislação educacional do período republicano, o candidato que pleiteava esta vaga deveria, sobretudo, atender a alguns pré-requisitos fundamentais estabelecidos pelo governo, a fim de que pudesse exercer sua profissão junto à sociedade, tais como: maioridade, moralidade e boa saúde.

Se em um dado momento histórico apenas a capacidade de ensinar era considerada suficiente para que o sujeito desempenhasse a profissão de professor, o que podemos perceber nos primeiros decênios do período republicano é uma maior preocupação com o perfil docente que assumiria a responsabilidade de educar os alunos do ensino primário que lhe fossem confiados.

Quanto à idade para o ingresso na profissão docente, esta fazia diferença entre candidatos do sexo masculino e feminino, pois enquanto aos primeiros era exigida uma idade mínima de 20 anos, às mulheres era preciso apenas 18 anos para que atuassem junto ao ensino primário. Já sobre a questão da moralidade através da comprovação de bons antecedentes, ressalta-se que o professor era visto como um modelo de conduta a ser seguido pelos alunos, isso porque seu exemplo levava os estudantes a construir seu próprio comportamento pautado nas normas sociais vivenciadas diariamente no espaço escolar.

Quanto à questão da isenção de doenças contagiosas, cabe ressaltar que durante a Primeira República havia a discussão sobre higienismo, que prezava pelo cuidado com o ambiente escolar a fim de que o mesmo não fosse um agente disseminador de doenças contagiosas.

Por último, temos a competência profissional, também considerada fundamental para a atuação docente no ensino primário, embora vários estudos na área de história da educação apontem para o fato de que a admissão de professores de primeiras letras se pautava pela posição social ou pelo apadrinhamento político do(a) candidato(a).

Ao analisarmos as exigências estabelecidas legalmente ao futuro professor, percebemos certa preocupação, por parte do Governo, em fixar critérios condizentes com os interesses e princípios republicanos vigentes no país naquele momento. Isso se deve à crescente necessidade de um professor que, além de educar formalmente seus alunos, fosse capaz de manter e propagar os interesses estatais daquela época.

Para tanto, as escolas normais se dedicavam à formação profissional de professores que fossem aptos a educar a nova geração pautando-se sempre nos princípios morais da sociedade republicana, bem como na disseminação das idéias de civismo e amor a pátria, pretendidos pelos governantes. O interesse republicano de expansão do ensino primário vinha ao encontro com o crescimento da importância das escolas normais que, durante este período, tiveram um aumento significativo no número de estabelecimentos de ensino, principalmente na região sudeste do País.

O ensino normal em Minas Gerais

A primeira escola normal pública da província de Minas Gerais foi criada no ano de 1835⁴, através do art.7 da Lei nº 13, na cidade de Ouro Preto, capital do Estado, a fim de que o método de ensino descoberto recentemente e já executado nos países considerados mais civilizados fosse utilizado na formação de professores do ensino primário mineiros. Devido ao falecimento de seu fundador e primeiro diretor, Francisco de Assis Peregrino, a escola foi fechada após dois anos de funcionamento e reaberta em 1847, quando funcionou por apenas mais cinco anos, sendo novamente fechada, em 1852. Com um funcionamento irregular, esse estabelecimento de ensino intercalou períodos de abertura e fechamento até o ano de 1872, quando foi reaberta de forma definitiva através da lei nº 1.769 (Rosa, 2000, p.3).

A situação vivenciada pela Escola Normal de Ouro Preto parece ter sido bastante comum a outras escolas normais criadas no mesmo período. Isso pode ser inferido pelo trabalho de Vilella (1990), o qual ressalta que estas ocorrências não significavam que a formação de professores deixava de ter importância aos olhos das Províncias. O que levava a essas situações, muitas vezes, era além do redirecionamento das prioridades do governo que estava sempre em modificação de acordo com cada época, o fato da organização do ensino normal ser ainda uma novidade no cenário educacional do Estado.

A partir da década de 1870, nota-se um aumento gradativo no número de escolas normais na Província mineira. No ano de 1872, o Estado contava com apenas dois estabelecimentos, localizados na Capital (Ouro Preto)⁵ e na cidade de Campanha. A partir desse momento, foram criadas novas escolas normais em outros municípios e, em 1882, Minas Gerais contava com cinco escolas normais, localizadas em Ouro Preto, Campanha, Diamantina, Montes Claros e Sabará.

⁴ Embora a Escola Normal de Ouro Preto tenha sido criada no ano de 1835 seus trabalhos educativos começaram apenas cinco anos mais tarde, em 05 de agosto de 1840.

⁵ A Escola Normal de Ouro Preto foi extinta com a transferência da capital, em 1897, para a recém criada cidade de Belo Horizonte, voltando a reabrir somente em 1929.

Esse aumento do número de escolas normais mineiras nos permite dizer que o processo de escolarização e formação de professores estava em uma fase de consolidação. O quadro educacional do Estado acompanhou o momento vivido por todo o país que se encontrava num contexto sócio-cultural de transformações significativas, como a disseminação de ideais liberais e republicanos. Pode-se afirmar que, com o aumento do número de escolas no território mineiro, a qualificação dos docentes se revela mais descentralizada, visto que até então, o que se notava era a necessidade dos aspirantes a professores se dirigirem à capital do Estado a fim de que pudessem se habilitar no método de ensino proposto na época.

No ano de 1890 foi aprovada a primeira reforma decretada após a Proclamação da República, a Reforma Benjamin Constant⁶ que revelava o interesse em valorizar a formação profissional, uma vez que, a partir de então, só poderiam exercer a profissão docente aqueles que se formassem em escolas normais.

Através da Lei nº 41 de 03 de agosto de 1892, editou-se a Reforma Afonso Pena em Minas Gerais, que em seu art.158 estabelecia que o ensino profissional dos alunos do magistério deveria ser pautado na educação intelectual, moral e prática, a fim de que os mesmos concluíssem o curso estando capacitados a exercer, com bom desempenho, seus deveres como docente.

De acordo com as inferências de Gouvêa e Rosa (2000 p.24), “no período republicano, o projeto educacional do País firma-se na ruptura com uma situação anterior de suposta ausência de uma política de instrução que se inauguraria com a nova ordem”. Se até então não havia uma política de instrução concreta no que tange à formação de professores, o que se percebe neste momento (início do período republicano) é uma nova postura assumida pelos governantes. Ainda segundo esses autores, “a progressiva legitimação do papel das escolas normais na formação docente significará, com o passar dos anos, o investimento na sua ampliação, com aumento significativo do número destas escolas”.

Segundo os estudos de Rossi e Filho (2006), as Congregações Religiosas desenvolveram peculiar papel na formação dos jovens, principalmente das moças, em um contexto em que a Igreja Católica buscava consolidar a sua presença, ameaçada, diante das propostas republicanas de um ensino leigo. Colégios administrados por ordens religiosas tornaram-se estratégicos para a Igreja no seu projeto de restauração baseado na intenção de centralizar e aprofundar o controle católico na sociedade. A participação das ordens religiosas para a formação de professores, embora tenha sido uma estratégia da própria Igreja para garantir sua influência social frente aos ideais republicanos foi de grande contribuição para a educação do país, uma vez que o Estado sozinho não se encontrava em situação favorável para que a expansão do ensino ocorresse da forma como se deu. É válido considerar então que esta participação foi interessante tanto para o país quanto para a Igreja católica, que se manteve ativa socialmente, garantindo seus interesses através da educação escolarizada.

⁶ Além de aprovar o regulamento da instrução primária e secundária, Constant também se dedicou à reforma educacional da escola militar e da escola normal.

A criação da Escola Normal de Ponte Nova

As primeiras manifestações para a construção de uma Escola Normal na cidade de Ponte Nova aconteceram em meados do ano de 1896, com a compra da Fazenda de Palmeiras⁷, de propriedade do Coronel José Soares Silva, durante o mandato do então prefeito Dr. José Mariano Duarte Lanna.

Figura I: Sede da Fazenda das Palmeiras, 1896.



Fonte: Arquivo interno da Escola Nossa Senhora Auxiliadora.

O vigário da cidade, João Paulo de Britto, assumiu o papel de intermediar as discussões sobre a direção da Escola e assim, fazendo gestão junto aos altos escalões da Igreja Católica do Estado de Minas Gerais, conseguiu que as irmãs salesianas se comprometessem a organizar e administrar a Escola Normal que seria aberta no município.

Concluída a compra da propriedade, o Padre Carlos Perreto, diretor das Irmãs salesianas no Brasil, enviou uma circular a todos os benfeitores das obras de Dom Bosco, salientando a importância de que fossem enviados auxílios em forma de esmolas para a realização da obra pretendida na cidade mineira. Para Rizzi (1999, p. 200), esta circular também ressaltava o aspecto de dependência que a Escola deveria apresentar para com a ordem salesiana do Brasil.

De acordo com a revista “Irmãs Salesianas” (1996, p. 24), no dia 05 de novembro de 1895, partiu da cidade de Guaratinguetá – São Paulo rumo ao município de Ponte Nova uma comitiva formada pelo bispo salesiano, Dom Luiz Lasagna, e algumas irmãs de caridade. Porém, durante esta viagem, o trem que levava o grupo chocou-se com outra locomotiva em uma estrada próxima ao município mineiro de Juiz de Fora, retirando a vida de quase todos que realizavam a viagem⁸.

⁷ A Fazenda de Palmeiras foi comprada pela prefeitura de Ponte Nova e doada à Congregação Salesiana, a fim de que esta ordem religiosa se encarregasse da educação destinada às moças que almejavam a profissão docente na cidade e região.

⁸ Neste desastre, perderam a vida: o Bispo Dom Luiz Lasagna, seu secretário Pe. Belarmino Vilamil e as irmãs: Tereza Rinaldi, Júlia Argenton, Petronila Imas, Hedwíges Gomes Braga e a senhora Joana Lusso, uma benfeitora paulista que acompanhava a comitiva.

Porém, esta fatalidade não invalidou os planos que a Congregação havia preparado para a instalação do colégio na cidade. No ano seguinte, em 1896, seis irmãs de caridade, em companhia do inspetor salesiano Padre Carlos Perreto e do Padre Agostinho Zanella recomeçaram a viagem e conseguiram alcançar seu destino com sucesso. Entre as primeiras religiosas a se instalarem no município pontenovense estava aquela que viria a ser a primeira diretora da Escola Normal, a Irmã Maria Cousirat.

Segundo Azzi (1999, p. 203) as irmãs salesianas encontraram diversas dificuldades no início das obras e nos primeiros momentos do trabalho educacional na cidade, pois faltavam a elas coisas básicas, como por exemplo, carteiras, cadernos, livros, objetos de uso escolar, e camas em número suficiente, o que levou as primeiras educandas internas a dormirem em colchões improvisados sobre o chão.

A fim de concluírem a construção de um prédio de dois andares e conseguirem melhores condições para o desenvolvimento de suas atividades, as irmãs contaram com a ajuda financeira de dois contos de réis por parte do Estado de Minas Gerais, além de auxílios esporádicos de benfeitores da cidade e região.

No ano de 1898, a escola recebeu do governo de Minas a prerrogativa de Escola Normal, sob o título de Escola Normal Maria Auxiliadora, um importante passo em termos de oficialização de seu projeto educativo. Em agosto do ano seguinte, 1899, o governo de Minas publicou o decreto nº 1.318 concedendo a escola Maria Auxiliadora, os privilégios que eram oferecidos às Escolas Normais Municipais.

De acordo com Azzi (1999, p.208), esse acontecimento foi festejado solenemente pelas irmãs, que promoveram uma sessão dramático-musical no colégio, destinada aos amigos e benfeitores da obra salesiana.

Cabe ressaltar que a Escola Normal da cidade de Ponte Nova foi a primeira escola normal salesiana dedicadas à formação de professoras primárias no Estado de Minas. Funcionando em regime de internato e externato, esta Escola tinha sua proposta pedagógica fundamentada no “sistema preventivo” de Dom Bosco, adotado nas instituições salesianas e norteado por três eixos de trabalho, que, de acordo com Fonseca (1999, p.62), são:

- a razão (racionalidade) - é o primeiro elemento do segredo educativo de Dom Bosco. Se o educador usa da Razão no trato com os educandos provoca neles uma resposta amadurecida, racional, crítica.
- a religião (caridade transformadora) - norteia a Razão e a “Amorovezza”. No Sistema Preventivo de Dom Bosco não se trata de religião no sentido de práticas religiosas ou práticas de piedade e sim de religião que leva o jovem ao exato cumprimento de seus deveres, como cidadão e como cristão.
- amabilidade - (amor que se tem e que se manifesta) – é o amor do educador para com o educando. Dom Bosco usa literalmente amorovezza, que é o amor que se externa em palavras, ações e até mesmo na expressão dos olhos e do rosto. (Apud Furtado, 2004)

Estes três elementos – razão, religião e amabilidade – fundamentavam a educação da juventude na visão da ordem salesiana. Baseando seu trabalho no referido Sistema, a Escola Normal procurava oferecer uma formação integral às suas alunas levando-as ao conhecimento de seus deveres perante Deus, a Igreja e a Pátria.

Entre as principais características da Escola Normal de Ponte Nova está o espírito católico, comum aos estabelecimentos de ensino dirigidos por ordens religiosas. Não apenas a fé em Dom Bosco, patriarca dos princípios salesianos, mas também a devoção a Nossa Senhora Auxiliadora imprimem um caráter fortemente religioso a esta instituição de ensino, desde sua proposta pedagógica até a cultura escolar tecida neste ambiente. As normalistas que ali estudavam eram formadas nesse clima de devoção religiosa, tornando-se além de professoras, propagadoras da fé em Maria e responsáveis por transmitir um sentimento de identidade e continuidade às gerações futuras.

De acordo com os estudos de Azzi (1999, p.38), as primeiras obras das irmãs salesianas no Brasil não aconteceram nos grandes centros urbanos, onde havia maior espírito liberal, mas sim nas cidades do interior, onde a tradição religiosa era predominante. Essa estratégia garantia maior possibilidade de legitimidade para o ensino ofertado nos colégios de ordem religiosa, bem como a conservação e propagação da doutrina católica nas regiões em que se estabeleciam.

Os colégios confessionais católicos desempenharam, principalmente no período em foco, um papel relevante enquanto instituições escolares destinadas à formação de professoras primárias. Isso porque, durante a formação das docentes era dada prioridade não apenas a instrução, mas também a educação e a formação moral de maneira que o desenvolvimento intelectual aliado aos princípios religiosos católicos validasse o ensino ofertado nestes locais.

As primeiras diretoras e docentes da Escola Normal

Ao estudarmos a história das instituições escolares é preciso compreender estes locais não somente como espaços formativos em si, mas também como ambientes em que circulam sujeitos distintos, estabelecendo relações de interdependência entre gestores, professores, alunos, funcionários e outros. A análise das atas de reuniões e exames encontradas no arquivo interno da Escola Nossa Senhora Auxiliadora, nos possibilitou vislumbrar aspectos referentes ao corpo docente e administrativo da instituição durante seus anos iniciais de trabalho.

A primeira diretora responsável pela organização da Escola foi a Irmã Maria Cousirat. Durante os primeiros anos de sua gestão, Cousirat orientou os trabalhos de outras cinco religiosas, que auxiliaram na organização da Escola, sendo elas: Dolores Petazzi, Veridiana Godoy, Paulina Heymam, Olivia Fachini e Rosa Pomati. Foi com a ajuda dessas irmãs que os momentos iniciais de trabalho puderam ser superados, haja vista todos os inúmeros desafios encontrados, tornando-se possível atender as exigências do curso normal.

Através das assinaturas presentes nas atas de exame ao longo dos anos, tanto das professoras quanto das diretoras, foi possível identificar os nomes de alguns dos sujeitos envolvidos no processo educacional da Escola Normal. Utilizando-se deste meio para recolher informações, percebemos que a diretora Ir. Maria Cousirat esteve a frente da Escola por um período de quatro anos (1898 a 1901). No ano seguinte quem passa a responder pela administração é Ir. Maria Cleophas Jacoma, que permanece no cargo

por cinco anos (1902 a 1906). Posteriormente, quem assume é a Ir. Domingas Otone, mantendo-se dessa forma por sete anos (1907-1913). No período de 1914 a 1919, encontramos nos livros de atas a assinatura da Ir. Helena Ospital. Já entre os anos de 1920 e 1927, a diretora da Escola é Ir. Ernestina Terri. A Ir. Rina Fasolari assume o cargo em 1928 e se mantém nesta função até o final de 1931.

Este mapeamento nos permite visualizar que, no período compreendido entre a criação da Escola Normal (1898) e o final da Primeira República (1930), seis religiosas estiveram à frente dos trabalhos daquela instituição. Cabe ressaltar ainda que, de acordo com nossas observações, nenhuma das diretoras voltou a ocupar o cargo em outro momento, embora algumas tenham sido identificadas como professoras em períodos distintos. Esse é o caso da Ir. Domingas Otone e da Ir. Maria Cousirat, que no ano de 1916 foram responsáveis pelas disciplinas de Metodologia e Prática Profissional, respectivamente.

Entre as principais funções das diretoras da Escola Normal estava a realização da matrícula das alunas, o seu desligamento, caso não atendessem às exigências do curso, a distribuição das matérias, a verificação do cumprimento dos horários e das normas impostas e o acompanhamento dos exames escolares que aconteciam ao longo do ensino normal. Além disso, essas profissionais acompanhavam os exames finais aos quais as normalistas eram submetidas, sendo responsáveis ainda por transmitir aos pais e responsáveis as notas alcançadas pelas estudantes.

Quanto ao corpo docente do curso normal, a análise documental realizada nos possibilitou perceber que este era composto majoritariamente por mulheres, salvo algumas raras exceções no início da década de 1930⁹, e por religiosas. A seguir, apresentamos o número de professores da escola Normal, durante o período de sua criação até o ano de 1930:

Tabela I – Número de docentes da Escola Normal (1898 - 1930)

ANOS	DOCENTES	RELIGIOSAS
1898	05	05
1902	09	09
1906	11	11
1910	12	12
1914	17	16
1918	19	18
1922	21	17
1926	21	18
1930	23	19

Fonte: Atas de exame – Arquivo interno da Escola Nossa Senhora Auxiliadora.

⁹ As atas de exame dos anos de 1927, 1928 e 1929 revelaram que, Francisco Mariano Gonçalves Lana, ministrou a cadeira de Desenho na Escola Normal de Ponte Nova pelos durante os três referidos anos.

A análise do quadro nos permite notar que o número de docentes que atuaram na Escola Normal durante o período em voga se manteve crescente ao longo do tempo. Se no primeiro ano de funcionamento a Escola contava com apenas cinco professoras, o que percebemos em 1930 é um número seis vezes maior de docentes trabalhando nesta instituição.

O aumento gradativo do número de docentes pode justificar-se pela quantidade de alunas matriculadas a cada ano letivo e uma maior procura pelo ensino ofertado na instituição à medida que seu trabalho formativo foi se consolidando em Ponte Nova e região. Além disso, há de se considerar o fato de, a partir da aprovação do Regulamento de 1910, o curso normal ter passado de três para quatro anos de duração, o que, ao que tudo indica, demandou mais professoras atuantes dentro da Escola Normal.

Outro aspecto relevante é quanto ao fato de nos primeiros 12 anos de funcionamento, a Escola apresentar um corpo docente composto exclusivamente por religiosas. Apenas em 1914 é que identificamos a presença de duas professoras que não faziam parte da ordem salesiana, o que passa a ser uma constante nos anos que se seguiram. Em 1930, por exemplo, observamos que quatro das 23 professoras da Escola Normal não pertenciam a nenhuma ordem religiosa.

Cabe ressaltar ainda, que a análise das atas de exame nos permite afirmar que a maior parte das professoras que não eram irmãs de caridade e ainda sim trabalhavam na escola normal, ficavam responsáveis por cadeiras ministradas nos anos finais do curso, como Francês, Desenho e Trabalhos Manuais.

As mestras da Escola Normal deveriam assumir os valores que eram professados pela instituição de ordem salesiana, baseados nos preceitos de Dom Bosco e apresentarem competência técnica ao elaborar e executar os programas e atividades escolares. Além disso, era esperado que essas profissionais fossem um exemplo não apenas de intelectualidade, mas também de conduta e moral, através da devoção ao trabalho, aos estudos e aos ensinamentos católicos.

Ao analisarmos as atas de reunião, exame e progressão que puderam ser encontradas, observamos a presença de irmãs de caridade tanto na administração da Escola quanto no corpo docente, constituído majoritariamente por religiosas, o que certamente implicava em uma cultura escolar específica, pautada na moralidade e nos bons costumes, o que vinha ao encontro dos anseios da burguesia local da época.

Práticas escolares e currículo

O ensino elementar ofertado durante a Primeira República procurava introduzir valores culturais, morais e patrióticos na população escolar brasileira. A fim de se alcançar este objetivo o governo brasileiro utilizava como ferramenta um currículo escolar pautado em seus princípios republicanos. As disciplinas escolares eram cuidadosamente elencadas em uma grade curricular que priorizava não apenas o desenvolvimento cognitivo dos alunos, mas também a conscientização de suas funções dentro da sociedade, através, por exemplo, da exaltação aos heróis nacionais e do amor a Pátria.

Nas escolas normais o currículo formativo estava em sintonia com o pretendido no ensino primário, ou seja, este também fazia parte do projeto republicano da época, sendo compatível aos princípios teóricos e filosóficos difundidos naquele momento.

De acordo com os estudos de Mourão (1962), as escolas normais regionais e equiparadas não seguiam exatamente a mesma grade curricular da Escola Normal da Capital de Minas Gerais. A falta de uma maior proximidade entre os conteúdos que compunham o currículo das escolas normais fazia com que houvesse diversidade de formação dos futuros professores dentro do Estado.

Para Campos (2002), o desequilíbrio encontrado entre as disciplinas de cultura geral e as de cunho profissionalizante nos programas de preparação ao magistério e em favor das primeiras era, muitas vezes, o resultado de um esforço de situar a escola normal entre os outros ramos de ensino médio, especialmente o secundário, tentando, assim, outorgar à profissão maior prestígio.

No ano de 1916, devido ao crescimento do número de estabelecimentos destinados a formação de professores em Minas Gerais, o Secretário do Interior, Américo Ferreira Lopes, defendeu a uniformização do ensino na escola normal modelo, nas regionais e nas equiparadas. Entre os argumentos apresentados em seu discurso, Lopes ressalta que a divergência de programas das escolas normais era um grande inconveniente, uma vez que a falta de equivalência no grau de preparo das normalistas contraria os fins deste nível de ensino que, a priori, deveria promover a igualdade de formação aos professores, independente do estabelecimento que o diplomasse.

As razões expostas pelo Secretário de Interior contribuíram para a aprovação de um novo regulamento para as escolas normais, que teve como objetivo principal a uniformização do ensino normal no Estado de Minas. O artigo 2 deste Regulamento de 1916, ressaltava que a Escola Normal da Capital deveria servir de modelo para as demais, que passariam a adotar, segundo esta, normas de administração, programas, regimentos internos e horários. Este Regulamento estabeleceu ainda as seguintes cadeiras para o curso normal:

1 - Português, 2 - Aritmética e Escrituração Mercantil, 3 - Geografia Geral e Chorografia⁸ do Brasil, 4 - Geometria e Desenho Linear, 5 - História Geral e do Brasil e Educação Moral e Cívica, 6 - Noções de Física e Química, 7 - Noções de História Natural, 8 - Francês, 9 - Pedagogia e Higiene, 10 - Música, 11 - Desenho e Caligrafia, 12 - Costura e Trabalhos de Agulha, 13 - Trabalhos manuais, 14 Ginástica. (REGULAMENTO, 1916)

Com base em nossas análises documentais podemos dizer que a Escola Normal de Ponte Nova seguia a grade curricular da Escola da Capital como um modelo, assim como previsto pela legislação educacional de 1916. Porém notamos algumas diferenças presentes nas atas de exame como, por exemplo, a inexistência da cadeira de Escritura Mercantil na Escola pontenovense. Por outro lado, nos anos em que vigoraram as propostas do Regulamento de 1916, notamos a grade curricular acrescida de duas cadeiras, sendo elas, Economia Doméstica e Metodologia.

Ao longo do período analisado por este trabalho (1898 a 1930) e se tratando do currículo escolar da ENNSA, foi possível perceber a presença predominante de disciplinas que se referiam à formação geral das estudantes. Já a formação mais específica, observada nas disciplinas de Chorografia¹⁰, Economia Doméstica e Pedagogia, eram ministradas apenas no último ano de curso.

Ainda quanto ao quadro de disciplinas da Escola Normal de Ponte Nova podemos inferir que o mesmo não limitava o trabalho escolar ao ensino intelectual, ou seja, o currículo também era composto por disciplinas empíricas como as aulas de Costura e de Trabalhos manuais. Essas aulas tinham como objetivo habituar as discentes a um exercício metódico que exigia concentração, esforço e habilidade, permitindo que valores como dedicação, zelo, produtividade e qualidade fossem interiorizados. Além disso, o ensino de trabalhos manuais, ao ser obrigatório para as normalistas, visava prepará-las tanto para o mundo do trabalho quanto para que pudessem lecionar disciplinas semelhantes no curso primário e ainda para a vida doméstica.

Durante as aulas de Costura, desde os primeiros anos de funcionamento da Escola Normal, as normalistas se dedicavam a aprender trabalhos de agulha e bordados (crochê e tricô). Apenas após a Reforma do Ensino em 1927 é que foram inseridos trabalhos com papel, madeira e modelagem.

No ensino normal, as aulas de Ginástica e Educação Física também eram obrigatórias, desde 1898, não somente para formar hábitos sadios entre as futuras professoras, mas para prepará-las para ministrar essa prática aos seus futuros alunos. A inserção da Educação Física no espaço escolar tinha como objetivo alcançar a saúde física e mental dos praticantes.

Preocupando-se com a formação pedagógico-prática de suas normalistas foi criado, no ano de 1914, o Curso Anexo à Escola Normal. Com salas de 1ª a 4ª série este espaço dedicava-se a formação prática das estudantes e, por se tratar de uma escola de aplicação, possibilitava a observação e o emprego de técnicas de ensino aprendidas ao longo do curso.

Durante as aulas práticas que aconteciam no Curso Anexo as estudantes assistiam aulas-modelo, preparavam lições, apresentavam relatórios de observação e proferiam palestras com temas escolhidos e orientados pelo professor da cadeira. Nas aulas de Metodologia de Ensino as alunas aprendiam sobre os novos processos e técnicas de ensino que vinham sendo exploradas na época, a fim de que estas normalistas pudessem absorver as propostas da nova política educacional que a escola pretendia criar e solidificar.

As aulas-modelo aconteciam sempre no período da tarde, ministradas pela professora da cadeira de Metodologia ou alguma outra docente do curso normal que assim desejasse, de acordo com os temas e assuntos a serem trabalhados. Ao término de cada aula era solicitada a redação de um relatório contendo as observações, discussões e conclusões da referida aula. Quanto à avaliação do desempenho das normalistas nesta disciplina, esta ocorria ao final do ano letivo nas próprias salas do Curso Anexo ou no

¹⁰ A Chorografia é a especialidade da Geografia que se dedica ao estudo geográfico de um país ou região. Esteve em destaque na primeira metade do século XIX, sendo posteriormente substituída pela geografia regional à medida que a descrição dos lugares foi se integrando a um contexto mais amplo, incluindo questões históricas.

Grupo Escolar da cidade¹¹, através da aplicação de uma prova de Prática Profissional de Regência. A existência deste Curso Anexo na Escola Normal de Ponte Nova significava a possibilidade das normalistas se ambientarem com a prática docente, o que revelava a sintonia deste estabelecimento com os preceitos educacionais mais modernos, visto que a familiaridade com o espaço de ensino pode ser considerado um elemento facilitador da formação profissional.

Além do currículo formal, estabelecido pelo governo mineiro e regido pelas leis educacionais republicanas, havia também um currículo informal, que permeava as práticas pedagógicas e estabelecia um caráter particular a cada escola. Nos estabelecimentos de formação de professores dedicados à educação das mulheres, existia todo um projeto educacional no sentido de produzir um modelo social de mulher, capaz de, além de instruir as futuras gerações, educar as crianças de acordo com os princípios morais da época.

Apesar de não estar presente no currículo escolar oficial, a doutrina católica era uma modalidade de ensino valorizada na formação educacional das normalistas, uma vez que seus ensinamentos eram ministrados por meio de atividades extra-classe como, as orações, missas e leituras diárias de caráter religioso.

Durante as festas de formatura do ano de 1905, o inspetor extraordinário do ensino, Estevam de Oliveira discursou a respeito da formação oferecida pela Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora, dirigindo-lhe as seguintes palavras:

Formar o cidadão à escola da virtude e proporcionar à intelligencia o patrimônio dos conhecimentos científicos, eis o nobre intuito das Filhas de N. S. Auxiliadora, que, com tanto esmero e proficuidade, educam para a família e para a sociedade, as jovens que lhes são confiadas. É uma verdade assente que só a educação que tem por base a virtude e o santo temor de Deus é efficaz, porque mostra o dever e o impõe como lei da vida, proporcionando os poderosos estímulos que conduzem à verdadeira sabedoria. (Anuario da Escola Normal, 1905)

As palavras do então inspetor do ensino, Estevam de Oliveira, enfatizam a presença da religiosidade dentro do referido estabelecimento, revelando a legitimidade dada ao ensino com base religiosa, como era o caso da ENNSA.

De acordo o discurso do paraninfo da turma de 1905, Dr. Camillo de Britto, “na Escola Normal de Ponte Nova a fé religiosa primorosamente guardada, é o gérmen dessa educação sã e resistente tão aplaudida e festejada”. Pelas palavras das autoridades acima citadas podemos inferir que o clima religioso presente na Escola Normal era visto como a base fundamental do ensino ministrado naquele local.

A formação oferecida às moças na ENNSA era severa, assegurada pelos preceitos católicos e pelos valores morais conservadores que, através do regime de internato, vigiava e punia qualquer atitude não condizente com o ambiente escolar. Segundo Franco (2001), nos internatos o comportamento das meninas era controlado tanto na hora do banho e nos dormitórios quanto nos momento de orações, nas salas de aula e horário do

¹¹ No ano de 1913 foi criado o primeiro grupo escolar da cidade de Ponte Nova, sob o nome de Grupo Escolar Senador Antônio Martins. Até o ano de 1930, este foi o único estabelecimento seriado de ensino primário do município.

recreio. Este autor ressalta ainda que, além da fiscalização por parte das freiras, passava-se o imaginário de que, “se as moças escapassem da vigilância do colégio, não fugiriam da vigilância de Deus”.

Além do aprendizado da doutrina católica, as normalistas recebiam formação de caráter moral e cívico de forma a inculcar nas estudantes não apenas os preceitos católicos, mas também os valores patrióticos e comportamentais valorizados durante a Primeira República.

Quanto à rotina escolar, vale ressaltar que a disciplina era considerada fundamental para o bom andamento dos trabalhos escolares e podia variar de acordo com a situação das normalistas dentro da instituição. Para as matriculadas no regime de externato, as aulas aconteciam no período de 8 horas às 12 horas, com algumas atividades no período da tarde. Já o regime de internato carecia de maior dedicação por parte das estudantes que acordavam às 05h30min a fim de acompanhar a primeira missa, seguida do café oferecido no refeitório da escola. O dia letivo terminava com o toque de recolher, que soava pontualmente às 19h30min, quando as alunas deveriam se dirigir aos seus dormitórios, onde eram agrupadas por idade.

A obediência às regras impostas era avaliada como um indicativo de boa ou má conduta por parte das normalistas, o que pode ser observado através das notas atribuídas ao comportamento, contidas nas atas de exame e nos boletins escolares. Assim como a pontualidade e a assiduidade, a utilização do uniforme escolar também era um importante elemento de formalização do comportamento no espaço escolar.

As estudantes precisavam estar sempre impecáveis e para isso contavam com dois modelos distintos de uniforme escolar: vestido branco abaixo dos joelhos, mais utilizados para as atividades diárias e conjunto composto por blusa branca e saia pregueada azul marinho. As meias e os sapatos, que também compunham o uniforme escolar da época, deveriam ser sempre de cor preta. Este é um aspecto observado tanto nas imagens fotográficas da época quanto em algumas crônicas escritas em comemoração ao cinquentenário da Escola, de autoria de ex-alunas.

No que se refere ao currículo e às práticas escolares desenvolvidas no interior da Escola Normal podemos dizer que estas eram condizentes com os interesses do Estado e as aspirações conservadoras da época, uma vez que as normalistas se formavam em um estabelecimento equiparado à escola normal da Capital, como previa o Regulamento, e recebiam, além da formação acadêmica, formação de caráter geral que implicava em uma educação para o lar.

Matrículas, exames e festas de formatura

Para se matricular na Escola Normal, o candidato à vaga deveria apresentar documentos que comprovassem a conclusão do ensino primário, seu local e origem e filiação. Estes são os principais dados presentes no livro de matrícula que puderam ser analisados durante este trabalho, que juntamente com a idade e o nível de adiantamento ou o grau escolar, compunham a ficha pessoal de cada aluno, preenchida no início do ano letivo.

Os requisitos básicos para realização da matrícula na Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora, no início de cada ano letivo, era ter idade mínima de 14 anos, portar atestado médico que comprovasse ausência de doença contagiosa ou que impedisse as atividades do magistério e comprovante de prestação de exame de admissão, que certificava a capacidade intelectual da matriculada.

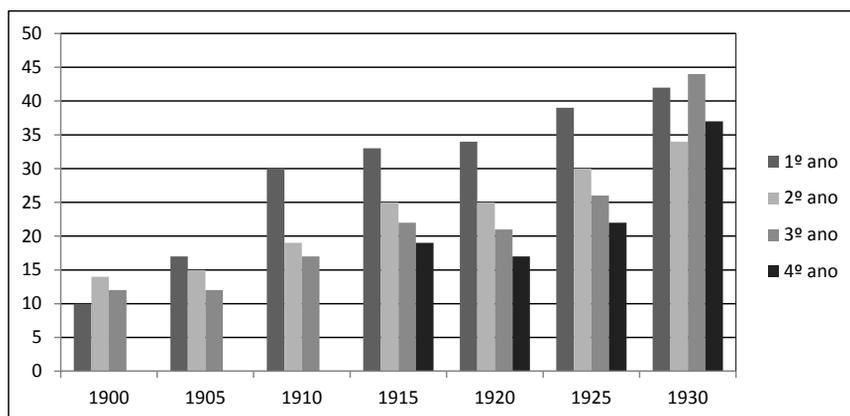
Notamos, nos livros de matrícula, uma coluna dedicada às “observações”, preenchido pela diretora escolar, principalmente no caso de alunas que já haviam concluído o 1º ano de curso, e que continha informações como: prestou exame e foi matriculada no 2º ano; prestou exame e retirou-se; retirou-se sem ter prestado exame. Estas informações nos levam a inferir que, ao serem matriculadas na Escola Normal, as candidatas passavam por uma avaliação de conhecimento que propiciava perceber o nível de adiantamento cognitivo de cada uma, fazendo com que fossem direcionadas às séries que melhor correspondia ao seu grau de conhecimento.

Ainda de acordo com as atas de matrícula foi possível notar a abrangência da Escola Normal em termos de público atendido. Além de receber estudantes da cidade de Ponte Nova, a Escola recebia e mantinha sob seus cuidados meninas de toda a região, como das cidades de: Barra Longa, Rio Pomba, Jequeri, Caratinga, Ubá, Urucânia e Carangola.

Estes documentos nos ajudaram a perceber ainda, a idade com que as meninas eram matriculadas na Escola Normal de Ponte Nova. Quanto a isso, podemos inferir que a idade das normalistas variava entre 14 (idade mínima) e 25 anos, sendo que mais de 75% encontrava-se na faixa de 15 anos¹². Cabe ressaltar que o Estado exigia uma idade mínima de 18 anos para que as normalistas pudessem exercer a profissão docente junto ao ensino primário.

As atas analisadas, referentes ao período de 1898 a 1930, subsidiaram a construção de um gráfico que apresenta o número de alunas matriculadas no início de cada ano letivo, de acordo com cada série:

Gráfico 1 – Matrícula na ENNSA no início do ano letivo (1900 - 1930)



Fonte: Atas de matrícula, 1898-1930. Arquivo Particular da Escola Nossa Senhora Auxiliadora.

¹² De acordo com as atas de matrícula analisadas, referentes aos anos de 1898, 1899, 1900, 1902, 1905, 1907, 1910, 1911, 1912, 1914, 1915, 1920, 1922, 1924, 1925, 1926, 1929, 1930. Fonte: Arquivo interno da Escola Nossa Senhora Auxiliadora.

A análise do gráfico I, sobre o número de matrículas na Escola Normal entre os anos de 1900 e 1930, nos permite observar que no primeiro ano retratado, a instituição já contava com os três anos do curso normal, apresentando um total de 36 estudantes matriculadas. Já com a aprovação do Regulamento de ensino de 1910 e com o acréscimo de mais um ano ao curso normal, a Escola apresenta em 1915, cerca de 97 solicitações de matrícula.

Pelos dados apresentados, podemos notar que o índice de matrícula permanece crescente ao longo dos anos, no que tange a 1ª série do curso normal (1900 – 10 alunas; 1905 – 17 alunas; 1910 – 30 alunas; 1915 – 32; 1920 – 34; 1925 – 39; 1930 – 42). Interpretamos essa informação como uma busca crescente aos cursos de formação de professores e uma maior legitimidade que as Escolas Normais adquiriram ao longo do tempo, principalmente no período abarcado por este trabalho. Por outro lado, é possível observar que o índice de reprovação e/ou desligamento era alto, com exceção do primeiro e do último ano apresentado, uma vez que o gráfico indica queda no número de matrículas a partir do segundo ano de curso. Se no ano de 1900, a Escola recebeu 36 estudantes a fim de se tornarem professoras, o que observamos em 1930 foi um acréscimo de aproximadamente quatro vezes mais no total de mulheres matriculadas na instituição.

Quanto aos exames escolares aos quais as normalistas eram submetidas, sabemos que estes eram compostos por duas etapas: uma parte escrita e uma etapa oral. As avaliações eram iniciadas pelas provas escritas, nas quais as alunas precisavam discorrer sobre os assuntos estudados durante o ano letivo de todas as matérias nas quais estavam matriculadas. Posteriormente, as moças eram submetidas aos exames orais perante comissões examinadoras, que normalmente eram compostas pela professora responsável pela cadeira a qual a aluna estava sendo avaliada, um fiscal do governo e um terceiro designado, que poderia ser a diretora do estabelecimento ou uma segunda professora da escola.

No que se refere aos exames finais, cujo objetivo era a progressão para as séries seguintes, não foram encontradas atas que relatassem seu conteúdo didático. No entanto os documentos localizados revelaram o número de alunas do 4º ano que foram submetidas aos exames de conclusão de curso e o número de aprovadas em tais provas. As referidas atas contendo os dados acima citados e que se referem aos anos de 1902, 1907, 1914, 1915, 1922, 1925, 1926 e 1929 subsidiaram a construção da tabela exposta a seguir.

Tabela 2 - Dados referentes aos exames finais do 4º ano do Curso Normal (1902-1929)

	Número de alunas matriculadas no 4º ano do curso	Compareceram aos exames finais	Aprovadas nos exames finais
1902	16	15	15
1907	19	19	17
1914	22	19	18
1915	17	15	11
1922	24	23	23
1925	30	27	25
1926	23	23	22
1929	31	30	24

Fonte: Atas de exame – arquivo interno da Escola Nossa Senhora Auxiliadora.

No quadro acima podemos perceber que algumas alunas que estavam matriculadas no início do ano letivo no 4º ano do curso não compareceram aos exames finais. Entre os motivos apresentados para estas ausências estava o desligamento e/ou a transferência dessas discentes ao longo do último de formação¹³.

A análise do gráfico II nos permite inferir que no ano de 1902, o índice de aprovação entre as alunas matriculadas no 4º ano foi de 100%, sendo que apenas uma das alunas não compareceu aos exames finais. Já em 1929, notamos que apenas 80% das estudantes matriculadas no 4º ano foram aprovadas nos exames finais, tornando-se professoras naquele momento. De acordo com os dados que puderam ser analisados percebemos que o ano de 1915 representou o menor índice de aprovação entre as normalistas matriculadas no último ano de curso, cerca de 70%.

De acordo com o desempenho individual de cada estudante era-lhe designado conceitos como: não aprovada (nota inferior a 4 pontos), aprovada simplesmente ou satisfatoriamente (notas entre 5 e 6 pontos), plenamente (notas entre 7 e 8 pontos) ou com distinção (notas entre 9 e 10 pontos). Ao final dos exames orais eram feitas as somatórias das notas obtidas por cada aluna levando-se em conta as médias obtidas nas provas escritas realizadas anteriormente, o que lhe garantia – ou não – o diploma de professora.

Seguidos dos exames finais aconteciam às festas de formatura para a entrega dos diplomas e as premiações para aquelas discentes que se destacaram ao longo do ano e nos exames finais aos quais foram submetidas.

As festas escolares, principalmente as realizadas no final do ano letivo dedicadas às comemorações de formatura, podem ser entendidas como uma estratégia de visibilidade das escolas. Isso porque estas se constituíam como o momento propício para apresentar à sociedade o projeto pedagógico e ação educativa do referido estabelecimento de ensino. Através dos festejos de formatura era possível que a comunidade se interessasse dos resultados alcançados ao longo do ano dentro da Escola, fazendo com que as informações educacionais rompessem o espaço escolar.

Na Escola Normal de Ponte Nova, as festas de formatura contavam com a presença de pais e familiares das alunas, bem como os membros da comunidade escolar e autoridades eclesiásticas.

Além das festas de formatura que aconteciam ao final de cada ano letivo a Escola Normal de Ponte Nova realizava ainda outros festejos escolares como, por exemplo, as comemorações das datas cívicas e as festas religiosas. Estes momentos não se restringiam apenas à formação das normalistas, pois envolviam também toda a comunidade escolar e extra-escolar vinculada, de algum modo, à instituição de ensino. Entre as principais solenidades realizadas na Escola Normal de Ponte Nova estavam a Festa esportiva, realizadas em meados de setembro, e as Festas de Maria Auxiliadora, realizadas sempre no mês de maio.

Enquanto a Festa esportiva era composta por apresentações de prática de ginástica e tinham como temáticas as datas cívicas como a Proclamação da República, as festas

¹³ Motivos explicitados na parte de observações das atas de exames analisadas. Arquivo interno da Escola Nossa Senhora Auxiliadora.

de Maria Auxiliadora procuravam gerar um sentimento de identidade e continuidade às normalistas, sendo uma demonstração de devoção e de propagação da fé em Maria Auxiliadora. Estes momentos festivos tinham a intenção de estreitar a relação entre os trabalhos desenvolvidos no interior da escola e a comunidade pontenovense, a fim de que sua pedagogia e finalidade formativa fosse de conhecimento de todos.

Considerações finais

O estudo realizado a respeito da história da criação e dos primeiros anos de funcionamento da Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora (1896-1930) nos permite afirmar que este estabelecimento de ensino representou um marco no cenário educacional mineiro, devido tanto ao seu pioneirismo enquanto primeira escola normal salesiana de Minas Gerais, quanto ao reconhecimento de sua importância educacional na região Zona da Mata mineira em termos de formação de professores.

Instalada no ano de 1896 e iniciando formalmente seu trabalho educativo dois anos mais tarde, em 1898, a Escola Normal de Ponte Nova encontrou inúmeras dificuldades neste primeiro momento, como por exemplo, a falta de materiais escolares e a estrutura física ainda precária, o que foi superado com a ajuda constante de benfeitores da cidade, de devotos ligados às Obras de Dom Bosco e do Estado de Minas.

Cabe ressaltar que a criação desta Instituição não afetou apenas a vida das normalistas que ali se matricularam e de suas famílias, uma vez que representou também uma transformação material, intelectual e cultural na cidade. Após a implantação da escola no bairro de Palmeiras, por exemplo, houve visível progresso na região como a construção da praça, abertura de novas ruas e construção de uma linha de bondes ligando o bairro ao centro da cidade.

Quanto às atividades desenvolvidas no ambiente escolar como as festas de Maria Auxiliadora, as comemorações patrióticas e os festejos de formatura percebemos que estas contavam com a presença da comunidade extra-escolar e serviam de vitrine para os trabalhos desenvolvidos na Escola Normal.

Funcionando em regime de internato e externato esta Escola tinha sua proposta pedagógica fundamentada no “Sistema Preventivo” de Dom Bosco, a tríade: razão, religião e amabilidade, assim como as demais instituições salesianas de ensino. Embora a religião não fizesse parte do currículo formal da Instituição notamos que esta permeava as práticas educativas da Escola, desde o corpo docente formado quase que exclusivamente por irmãs de caridade, até a rotina diária de orações e missas.

Através da análise das atas de matrícula, no período que vai do ano de 1898 a 1930 podemos afirmar que a procura por vagas na Escola Normal teve um aumento progressivo ao longo dos anos. É preciso considerar ainda que muitas normalistas que iniciavam seus estudos não o concluíam naquela instituição, ora por serem reprovadas, ora por solicitarem transferência ou até mesmo por abandonarem os estudos por motivos pessoais, como nos revelaram os documentos analisados.

A rotina escolar, ao que tudo indica, era rígida por se tratar de um colégio religioso, dirigido por freiras e administrado pela Ordem salesiana, e constantemente controlada

principalmente para as alunas internas, as quais iniciavam suas atividades às 05h30min da manhã a fim de comparecerem a missa antes do começo das aulas. Com o soar da sineta às 19h30min as alunas se dirigiam aos seus quartos, encerrando-se assim todas as atividades do dia. O cumprimento e o respeito às normas impostas era algo constantemente avaliado pelas irmãs que consideravam o bom comportamento como primordial para o aprendizado, atribuindo-lhe conceitos como: ótimo, regular ou insatisfatório.

Ao estudar aspectos da história desta instituição de ensino buscamos estar atentos aos contextos mais amplos que envolvem esta temática como a história da formação profissional das mulheres, os interesses do Estado na ampliação do ensino normal durante a República e ainda a estreita relação das congregações católicas com estes espaços de formação.

Para Ghiraldelli Jr. (2000, p.15), durante o período da Primeira República ocorreu o “entusiasmo pela educação” que pode ser traduzido pela expansão da rede escolar com o objetivo de alfabetizar a população. A formação de professores fazia parte desse momento de otimismo pedagógico vivenciado pelo Brasil durante o período da Primeira República, isso por que acreditava-se que uma boa formação dos professores primários refletiria diretamente na qualidade do ensino ofertado.

A importância desta pesquisa se faz em face da não existência de outros trabalhos sistematizados sobre a temática abordada o que nos leva a concluir que muitas são as faces ainda encobertas sobre a história da Escola Normal de Ponte Nova neste primeiro momento como, por exemplo: O trabalho desenvolvido pelas irmãs salesianas na cidade de Ponte Nova era custeado pelo governo de Minas, por benfeitores da obra de Dom Bosco, ou pelas famílias das estudantes? Quais as orientações e práticas mais comumente desenvolvidas dentro do estabelecimento? Como era o cotidiano escolar dentro da instituição? Até que ponto o Regulamento do Ensino era executado dentro da instituição em detrimento do regimento interno da escola? Acreditamos que a continuidade deste trabalho se faz necessária atentando-se tanto para os aspectos aqui apresentados quanto para as características silenciadas pelas fontes escritas encontradas até o presente momento.

Referências

- AZZI, Riolando. **As filhas de Maria Auxiliadora no Brasil: Cem anos de história**. Vol.1. São Paulo, 1999.
- CAMPOS, Maria Christina Siqueira de Souza; SILVA, Vera Lucia Gaspar da (Org.). **Feminização do magistério: vestígios do passado que marcam o presente**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.
- FERREIRA, Rita de Cássia Oliveira. **A Escola Normal da Capital: instalação e organização (1906-1916)**. Tese de mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.
- FONSECA, J. M. O Sistema Preventivo de Dom Bosco. 3ed. Belo Horizonte: CESAP, 1999. *Apud* FURTADO, Alessandra Cristina. A cultura escolar católica e a formação docente na escola normal livre Nossa Senhora Auxiliadora de Ribeirão Preto/SP, 1944-1970. In: Texto integrante dos **Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História**. ANPUH/SPUNICAMP. Campinas, 2004.

FRANCO, Sebastião Pimentel. **As escolas femininas de formação para o magistério no Espírito Santo**: Primeira República. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP/SP, 2001.

GHIRALDELLI JR, Paulo. **História da Educação**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de; ROSA, Walquíria Miranda. A Escola Normal em Minas Gerais. In: FARIA, L.M.; PEIXOTO, A.M. (Org.). **Lições de Minas: 70 anos da Secretaria da Educação**. Belo Horizonte. Secretaria de Estado da Educação, 2000.

MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. **O ensino em Minas Gerais no tempo da República**. Estudo descritivo sobre a história da educação em Minas Gerais até 1930. Minas Gerais: CRPE, 1962.

NASCIMENTO, Maria Célia do. **Um olhar para a Escola Normal de Ouro Fino – MG (1909-1950)**. Tese de mestrado. Universidade São Francisco. Itatiba – SP, 2007.

ROSA, Walquíria Miranda. **A Escola Normal de Ouro Preto e o projeto de formação de professores (1825-1852)**. I Congresso Brasileiro de História da Educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

ROSSI, Michelle Pereira da Silva; FILHO, Geraldo Inácio. **A educação da mulher e a evangelização católica em Patrocínio**: a Escola Normal N. Sra do Patrocínio, MG (1928-1935). Universidade Federal de Uberlândia – MG, 2006.

TANURI, Leonor M^a. História da formação de professores. In: **Revista Brasileira de Educação: 500 anos de Educação**. Editores Associados, n^o 14, mai/jun/jul/ago.2000, 61-88.

VILLELA, Heloisa O. S. **A primeira Escola Normal no Brasil**: uma contribuição à história da formação de professores. Niterói: 1990. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal Fluminense, 1990.

*Recebido em outubro de 2013
Aprovado em janeiro de 2014*